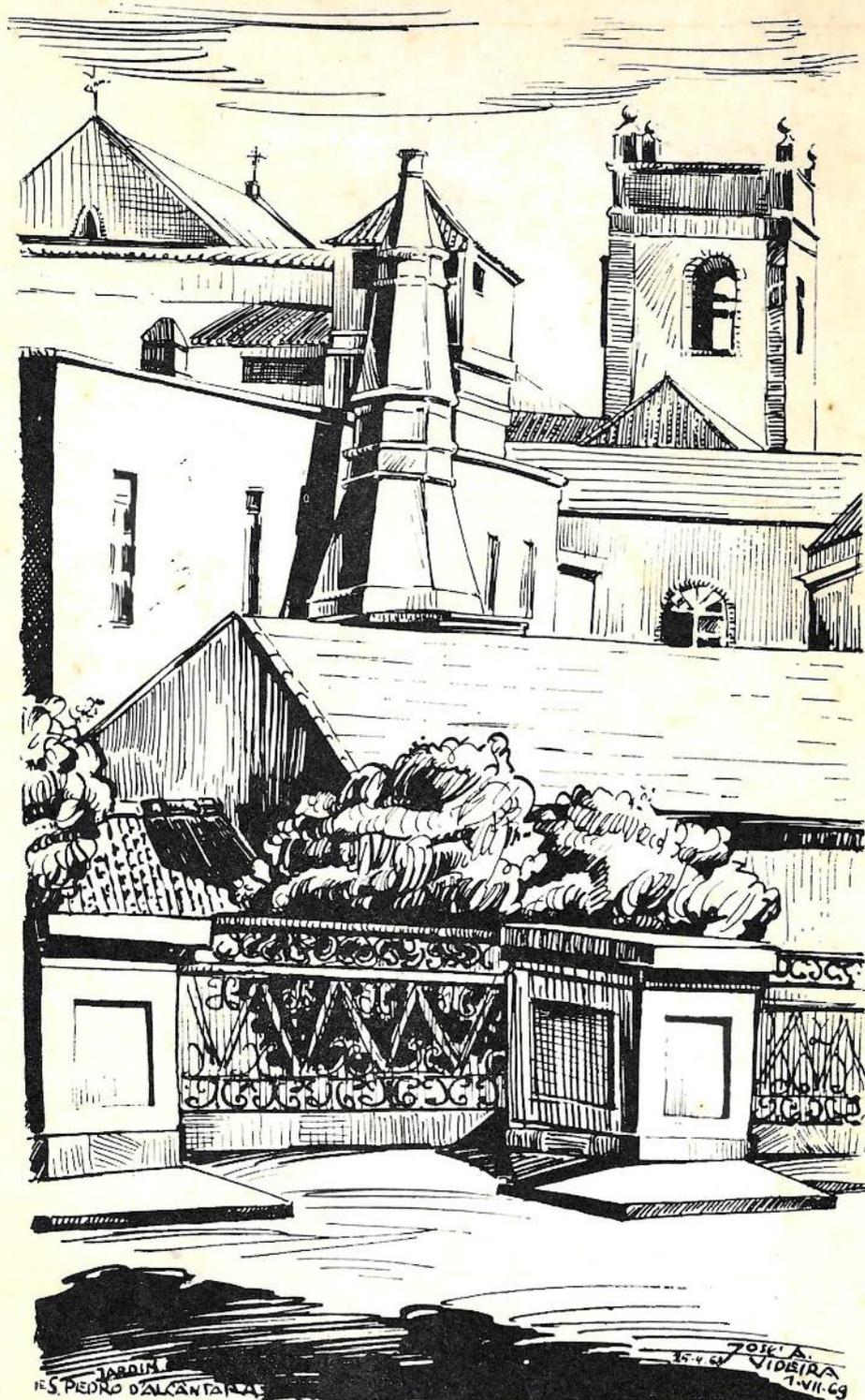


# OLISIPO

Boletim do

Grupo Amigos de Lisboa



# OS "DIÁLOGOS DO SÍTIO DE LISBOA", de Luís Mendes de Vasconcellos

por JOSÉ d'ENCARNAÇÃO  
(Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian)

**O**s «Diálogos do Sítio de Lisboa», como sucintamente se denomina a obra de Luís Mendes de Vasconcellos, publicada em 1608, podem ser estudados sob diversos pontos de vista.

Por isso, preferi apresentar primeiramente os tópicos do seu plano geral, atentando, depois, com mais pormenor, nas passagens que me pareceram de maior importância para a compreensão dos objectivos do Autor.

Consultei duas edições:

— a de 1803, feita em Lisboa, pela Imprensa Régia, e que traz o título «Do Sítio de Lisboa, sua grandeza, povoação e comércio, etc. Diálogos de Luís Mendes de Vasconcellos, reimpressos conforme a edição de 1608, novamente correctos e emendados»;

— e a de António Sérgio, in «Antologia dos Economistas Portugueses», Lisboa, 1942, pp. 1-169; nesta edição foram suprimidas algumas partes julgadas de menor interesse; de resto, a inclusão da obra numa antologia de economistas explica que o critério adoptado pelo seleccionador foi predominantemente o económico.

As citações que apresento (com a grafia actualizada) referem-se à edição do séc. XIX.

## PRIMEIRA PARTE

### PLANO DA OBRA

#### I — PREFÁCIO

1. — Motivos que levaram o Autor a escrever os Diálogos:
  - a) amor próprio;
  - b) excelência do sítio de Lisboa, apto para a estadia da Corte: propício à actividade marítima; abundante em mantimentos; deleitoso.
2. — A maior acessibilidade da forma dialogal.
3. — A escolha dos personagens.

#### II — INTRODUÇÃO

1. —
  - a) Circunstâncias do diálogo;
  - b) Apresentação dos interlocutores.
2. —
  - a) Uma cidade grande, populosa e abastecida (como Lisboa) torna os Príncipes mais poderosos;
  - b) *Objecção*: As cidades grandes não são poderosas porque são difíceis de governar e de abastecer;
  - c) *Resposta*: A presença do Príncipe evita a desordem; a importação é mais fácil a uma cidade grande.
3. — A situação de Lisboa:
  - a) É causa do seu aumento;
  - b) Torna-a capaz de ser cabeça de um grande império e de fazer grandíssimas conquistas.

#### III — AS VANTAGENS DO SÍTIO DE LISBOA A RESPEITO DO MUNDO (1.º diálogo)

1. — A situação das cidades como sinal da predestinação divina da sua função.
2. — Lisboa, luz e guia (olhos) da Europa.
3. — Facilidades para o comércio e envio de exércitos e armadas:
  - a) Cartago, Corinto, Cápua e Constantinopla, exemplos acabados dessas facilidades;

b) Lisboa excede-as:

- 1) Em navegação e comércio, porque, debruçada sobre o mar, os seus navios percorrem facilmente todos os oceanos; é grande a segurança e capacidade do seu porto e a afluência de gente e de produtos aos seus mercados, cujo movimento se poderia ainda aumentar.
- 2) Em poder militar, porque o seu exército pode acompanhar por terra a armada; porque dispõe de navios de alto bordo, de galés e embarcações de maior porte que outra qualquer, devido à largueza do mar e comodidade do porto.

c) Conclusão: Lisboa é superior a todas e capaz de «sujeitar grandíssimas províncias»; os danos da conquista da Índia são prova disso, porquanto não impedem o engrandecimento da cidade.

#### IV — AS VANTAGENS DO SÍTIO DE LISBOA A RESPEITO DE SI MESMO (2.º diálogo)

1. — Reúne as melhores condições sanitárias:

- Celestes (referências geográficas e astrológicas);
- Terrestres:

- a) a orientação mais conveniente;
- b) a melhor situação em altitude;
- c) ausência de paúis, rios e terras más;
- d) excelente qualidade das suas águas;
- e) sanidade dos mantimentos;
- f) boa rede de esgotos.

2. — Está abundantemente provida de mantimentos e recreações:

- a) Produtos importados de todo o mundo para pompa e ganho de comércio; confronto com Babilónia; o movimento do porto.
- b) Produtos alimentares e de vestuário que, embora os tenha, a grande cidade sempre precisa de importar: a *fertilidade* do termo de Lisboa; a facilidade dos trans-

portes; elogio do trigo, do vinho e do azeite; a fertilidade da lezíria, apesar da mangra, da falta de água e das grandes cheias (apontam-se os remédios); a produção têxtil; as madeiras. A *importação* de produtos de alto e baixo preço; a excelência do Terreiro do Trigo.

- c) Produtos da própria terra: os de pouco preço (lenhas, carvão, palha, cal e pedra); água.
- d) Recreações: panoramas agradáveis; suave clima; comodidade de exercícios deleitosos (caça, pesca, equitação).

3. — Tem boas condições de defesa:

- a) Não pode ser atacada de improviso;
- b) É forte por natureza;
- c) Por arte se poderá fortificar mais (ligando, por um fosso, o Rio de Sacavém ao de Alcântara; construindo, ao longo dos rios, um passeio com baluartes para a artilharia e um caminho para os soldados; tornando navegável o espaço entre Alcântara e Sacavém).
- d) Desta forma, se lhe não poderá tirar o socorro.

## V — CONCLUSÃO

«E assim (Lisboa) não só pelas suas naturais disposições, mas pela excelência da sua perpetuidade é digna de ser cabeça do Império de toda a Terra» (pp. 276/7).

## SEGUNDA PARTE

### I — RAZÃO DE SER DOS DIALOGOS

Uma questão se nos põe, desde o início, a propósito da obra de Mendes de Vasconcellos: por que razão os escreveu?

Em resposta, o Autor aponta, no prefácio, o amor da Pátria e a excelência do sítio de Lisboa, acrescentando:

«Mas ainda para isto se me ofereceram outras razões muito mais forçosas; porque entendendo quanto convém a esta Monarquia voltar Sua Majestade todo

o seu entendimento às causas do mar, e que todas se farão melhor com a sua presença, e que esta Cidade com ela receberá grandíssima utilidade, pois quando não tiver outra, basta a de servir o seu Príncipe aonde ele veja o seu fidelíssimo ânimo; pareceu-me que seria cousa utilíssima mostrar como a Cidade de Lisboa é mais apta para as cousas do mar, a respeito desta Monarquia, que outra alguma, e que nela terá abundantemente a Corte de Sua Majestade não só todo o que para sustento comum é necessário, mas as mais preciosas cousas do Mundo, e El-Rei as melhores recreações, que se podem desejar, para que todas estas razões se conheça que esta Cidade é mais digna que todas da sua assistência». (pp. III/IV).

A citação merece algumas reflexões.

O primeiro ponto a sublinhar é a sugestão de nova orientação político-económica: maior dedicação ao *mar*. Mendes de Vasconcellos por diversas vezes se referirá ao assunto, acentuando-lhe a importância. Na pág. 107, por exemplo, depois de enumerar as inovações a ser praticadas no que concerne à conservação da Índia para maior proveito do Reino, dá particular relevo aos benefícios que delas advirão para o aumento do comércio e do poder marítimo deste País, dizendo:

*«...far-se-á este Reino muito poderoso no mar que é a maior força deste Estado e de todos os que dependem do mar tanto como eles».*

Porquê esta atitude de M. de Vasconcellos? Seria apenas uma base de apoio para a sua argumentação ou corresponderia, afinal, a uma necessidade concreta da economia peninsular? Muito provavelmente, os dois aspectos são de ter em conta, embora M. de Vasconcellos não insista na crítica às estruturas existentes, na medida em que poderia prejudicar a realização das suas intenções.

O Autor diz que vai escrever por «amor pátrio» e considera de «grandíssima utilidade» a vinda da corte hispânica para Lisboa. O nosso País perdera a autonomia; chamar para o seu seio a corte do dominador não seria, talvez, uma traição tendente a cortar todos os possíveis movimentos de restauração, de êxito mais assegurado com o monarca longe? Poder-se-á identificar este «patriotismo» de que o Autor se ufana, com o que se chamaria «portuguesismo»? É este o problema que os Diálogos nos põem.

Como se sabe, os Portugueses não aceitaram *de jure* a união de Portugal com a Espanha, em 1580; a sua foi uma aceitação *de facto*, em função do extraordinário poder da monarquia espanhola. Enquanto o povo criava o Sebastianismo, as camadas intelectuais da Nação (digamos assim) lançaram-se numa obra de justificação ideológica da perda da Independência, por um lado, e de enaltecimento do valor de Portugal no contexto peninsular, por outro. Desta forma, procurou assegurar-se

que, na sequência das promessas de autonomia outrora feitas pelo próprio Cristo a Afonso Henriques, antes da batalha de Ourique, a Providência Divina permitira a união de Portugal à poderosa Espanha, porque tinha em vista a realização de grandes fins, para os quais Portugal, sozinho, não dispunha de meios suficientes. Logo que os fins se realizassem ou se a Espanha não fosse digna de os realizar, a união cessaria e os Portugueses recuperariam a sua independência.

No segundo aspecto, o do enaltecimento, se inscrevem os louvores à cidade de Lisboa. Se Portugal tinha que ficar unido a Espanha (pelo menos, temporariamente), nem tudo ficaria completamente perdido da sua antiga grandeza, se lhe fosse dada uma posição de supremacia em relação aos outros Estados de domínio espanhol. Daí que se tentasse mostrar todos os excepcionais requisitos de uma cidade, que era, sem dúvida alguma, capaz de vir a ser «cabeça de um grande Império», segundo a expressão muito comum em Mendes de Vasconcellos.

Em face do que fica dito se torna mais compreensível o «amor pátrio» do Autor dos Diálogos. Não se lhe importavam — quiçá, por desconhecê-los — os graves inconvenientes que a realização do seu desejo certamente acarretaria para o País — o que lhe interessava era mostrar a El-Rei que as qualidades da situação de Lisboa «naturalmente são causa não só de seu aumento mas a fazem mais capaz que todas as Cidades do Mundo, para ser cabeça de um grande Império, e fazer grandíssimas conquistas» (p. 8). Pudessem estar Filipe III de Espanha descansado, porque Lisboa o serviria com «fidelíssimo ânimo», sem revoltas ou desejos de independência. E esta expressão que, à primeira vista, se poderia acoimar de servilismo anti-português, assume, neste contexto, todo o seu significado e importância.

É curioso verificar, ainda, como, situando os diálogos no tempo de D. João III, quando a corte portuguesa se encontrava já praticamente fixa em Lisboa, M. de Vasconcellos se esquece do facto, usando de mais este estratagemma para enaltecer a cidade, segundo os objectivos que se propusera. Escreve ele:

*«Mas Lisboa sem nenhuma delas se fez grande e faz cada vez mais, porque não só os Reis dela a não quiseram com seu estado engrandecer, mas já ordenaram que não pudesse crescer mais; e ser assento dos seus Reis também a não podia fazer grande, porque só a nação portuguesa tinha necessidade da assistência da sua corte, não sendo ele senhor de outra alguma, e esta não tem mais que uma*

*pequena parte de Espanha; nem a segurança dos muros podia obrigar a isso, pois a maior parte dela os não tem e os que tem tão pouco não guardam o que cercam». (pp. 182/3) (¹).*

Ocorre fazer uma outra observação: no processo de enaltecimento, M. de Vasconcellos vai pôr em confronto as características de Lisboa com a de outras cidades. Uma vez que a Corte de Espanha não iria certamente residir fora dos seus domínios, pareceria lógico que os termos de comparação fossem ibéricos ou espanhóis. Apesar disso, o Autor não faz qualquer referência a outras cidades ibéricas. A nenhuma delas, quer portuguesas quer situadas em território espanhol. O facto é curioso e importa dar-lhe, creio, o devido realce. No entanto, não será talvez difícil explicá-lo. Se elevasse Lisboa acima de Madrid, Barcelona ou Sevilha, por exemplo, era mais fácil que se visse nos Diálogos uma tentativa de independência do lado português; havia maiores possibilidades de más interpretações e de susceptibilidades feridas. Desta forma, a comparação com exemplos clássicos, além de estar em moda, foi o melhor caminho para evitar, de forma astuciosa, os inconvenientes apontados.

Este me parece ser, por conseguinte, o programa de M. de Vasconcellos. Não admira, pois, que a sua obra assuma, desde o início, um carácter francamente demonstrativo, a que a estrutura adoptada, estreitamente silogística, dá realce.

O louvor à cidade de Lisboa e ao Tejo não era novo. Já André de Resende, em 1573 (²), lhe chamara «omnium Hispaniae urbium celebrissima» (o. c., p. 337) e dissera que do ouro do Tejo faziam os seus ceptros os Reis dos Lusitanos (o. c., p. 106).

Mas M. de Vasconcellos tem uma intenção precisa: induzir o Rei a vir viver para esta cidade. Ele próprio no-lo diz, no prefácio, como vimos, e através de toda a obra é esta a ideia fundamental. Senão vejamos: são quase incontáveis as vezes que nos surgem expressões deste teor:

«... anteposta, por razão do sítio, a todas as cidades do Mundo» (p. 9);  
«... que Cidade teve nunca o Mundo em nenhum tempo, que pudesse, como Lisboa, sujeitar grandíssimas Províncias...» (p. 26);

---

(¹) Quase no fim dos Diálogos, Mendes de Vasconcellos demonstrará que a Cidade, tem, por natureza, boas condições de defesa, embora por arte se possa fortificar melhor.

(²) Junto, em apêndice, uma lista bibliográfica de obras relativas a Lisboa, escritas na época a que nos remontamos, bem como um elenco dos poetas que a cantaram.

«... bem se prova... que é, a respeito das partes do Mundo, muito mais capaz que Cartago, Roma, Cápua, Corinto e Constantinopla, para ser cabeça de um grande Império» (p. 111);

«... a todos os sítios se avantaça o de Lisboa» (p. 124);

«... não só devemos fazer a Lisboa cabeça do Mundo, mas que se assim o não fizermos ofenderemos a Deus, pois não seguimos o intento da sua providência» (p. 147);

«... é mais apta a sustentar o peso do Império, que outra alguma cidade» (p. 160);

«... ficando esta Cidade verdadeiramente, pela disposição do sítio, mais apta que outra alguma a ser cabeça do maior Império, que nunca teve o Mundo» (p. 274);

«Que se pode responder a isto senão o que já tenho dito? que a Divina Providência, querendo fazer o sítio de Lisboa capaz do Império, não permitiu que lhe faltasse nenhuma coisa para esse fim» (p. 217).

É digna de ser salientada a alusão à Providência de Deus feita pelo Soldado (p. 147). Diz ele que será ofensa ao Criador não fazer de Lisboa o centro de um grande Império (e, na época, a Espanha era, efectivamente, «um grande Império»). Não seria possível criar um argumento mais forte e mais condizente com o que se disse atrás acerca da justificação ideológica da perda da independência.

Além da repetição constante, que se exemplificou, M. de Vasconcellos lançou mão de todos os ingredientes literários do engrandecimento: a hipérbole («O qual (Terreiro do Trigo) dá grande ocasião a todos os entendimentos de uma grande consideração, e ao meu se representa tão grande cousa que não sei palavras com que não fique diminuindo muita parte da sua grandeza e excelência» — p. 208); a interrogação retórica («que terra há no Mundo mais fértil?» — p. 195); as exclamações maravilhadas; a circunstância de o diálogo se ter iniciado a partir das dúvidas formuladas sobre a grandeza de Lisboa; a designação dos personagens pelas profissões «porque vos não pareça que com eles quero autorizar o que disser» (p. 4) <sup>(\*)</sup>; a própria estrutura dialogal da obra, na medida em que permite a apresentação de opiniões contrárias e a resposta a objecções; os elogios prestados ao «doutíssimo» Filósofo, principal interveniente nos Diálogos; a afirmação de que só diz a verdade: «mas porque não cuideis que uso, como os Poetas, de encarecimentos, uma só cousa vos direi,

---

(\*) Representarão eles os diversos pareceres das camadas sociais da época? Não o creio. O parecer dos Diálogos é um só — o do seu Autor.

que vos mostrará claríssimamente, que são nisto muito curtas as minhas palavras, e nela vereis a grandeza deste povo» (p. 202).

Contudo, se o elogio da cidade perpassa por toda a obra, é na parte em que se referem os seus deleites (pp. 224-242) que o Filósofo (incarnando, certamente, o próprio Autor) dá largas ao seu entusiasmo, escrevendo trechos de verdadeira antologia (\*):

*«E o passeio do mar não é inferior a nenhum dos referidos; porque olhando para a terra se vê, não sem admiração, a grande Cidade que se levanta sobre as ladeiras que olham para aquela parte, fazendo outra grandíssima Cidade naval. E para que tudo seja sempre alegre, depois que o Sol aparece sobre o nosso Horizonte, até que (como fingem os Poetas) mete o seu carro nas águas do Oceano, não deixa de espalhar os seus raios por cima de toda a Cidade, com o que a faz muito mais alegre e deleitosa à vista»* (pp. 228-229).

É, a meu ver, nestas páginas, que a obra atinge o seu auge, a maior vibração poética, porque, apesar de tudo, o Soldado ainda recrimina o Filósofo: «Muito levemente passais por estas cousas, devendo-se fazer delas mais consideração» (p. 231) e «Ainda fica nesta bem que dizer» (p. 236).

M. de Vasconcellos insiste em seguir apenas este rumo de enaltecimento do sítio de Lisboa. A discussão sobre a conquista da Índia só é iniciada depois de os interlocutores verificarem que também ela serve para enaltecer a cidade, «pois se provará bem a bondade do sítio, quando se conhecer que os danos da conquista não diminuem a grandeza desta Cidade» (p. 33); noutro passo, quando vê que se vai a desviar do assunto, o Filósofo não deixa de observar: «Isto não é do sujeito desta nossa prática, que é sobre o sítio, e não do governo e leis» (p. 170).

Mas será realmente esse o fim último, o único objectivo de M. de Vasconcellos? Como interpretar, por exemplo, a importância dada à discussão sobre a Índia — que ocupa 87 páginas num volume de 227 — e, também, as críticas aos poucos cuidados que se tinham para com a agricultura?

Tudo isso se insere, parece-me, neste contexto encomiástico: «É assim a negligência nos tira a muita fertilidade que poderemos ter, segundo a natural disposição desta terra, e não a esterilidade dela» (p. 201). Afigura-se-me que o Autor não pretende «fazer» economia política. Estas alusões

---

(\*) Que António Sérgio não transcreve.

são, igualmente, meios de enaltecimento, não são fins: servem para demonstrar que, *apesar* do nosso descuido, apesar dos grandes prejuízos que a conquista da Índia nos veio trazer, a cidade de Lisboa prosperou e se manteve, graças à «excelência» da sua situação.

Não há outro intuito em Mendes de Vasconcellos senão o de trazer a Corte para a cidade do Tejo. Ele próprio confessa que resolveu imprimir a obra para que, assim, ela tivesse maiores possibilidades de chegar às mãos do Rei. É quando o Soldado objecta que as cidades populosas são, de ordinário, mal governadas, o Filósofo apressa-se a fazer notar que a presença do Príncipe e o exemplo das suas virtudes são bom remédio contra todos os desgovernos (pp. 6-7).

## II — A CONQUISTA DA ÍNDIA

Como se depreende do próprio texto — o Político entregara ao Rei um memorando a tal respeito (cfr. p. 27) —, os benefícios da conquista da Índia eram assunto controvertido já no séc. XVI. Por isso, julguei útil dar o esquema do debate, como Luís Mendes de Vasconcellos o apresenta:

I — 1.<sup>a</sup> *questão*: A conquista foi útil ou não?

- a) *Premissas*: — a utilidade compreende o esforço;  
— o útil deve preferir-se ao deleitoso;  
— a conquista da Índia foi deleitosa e prejudicial.
- b) *Provas*: — a glória de um Estado reside na utilidade da sua conservação;  
— a conquista da Índia trouxe especiarias e pedras preciosas, que não são úteis nem por si (prejudicam a saúde, umas; levam-nos dinheiro, favorecem a vaidade, não alimentam nem defendem, outras) nem pela riqueza que dão.  
— a conquista contribuiu para o despovoamento do território e abandono da agricultura.
- c) *Objecções*: 1.<sup>a</sup> — Que obra de maior esforço que esta conquista?  
2.<sup>a</sup> — O Príncipe não pode tirar dinheiro aos seus súbditos para se tornar poderoso? Ou, então, para pagar a soldados estrangeiros?

3.<sup>o</sup> — A navegação da Índia dá-nos ganho.

4.<sup>o</sup> — O número de lavradores não aumentou, mas também não diminuiu; a população de Lisboa cresceu consideravelmente; povoaram-se muitas ilhas; o Reino não está pior cultivado; a conquista foi, por último, uma escola de soldados.

d) *Resposta às objecções:*

1.<sup>o</sup> — Importa distinguir entre o indivíduo e o Estado: para os soldados, a conquista foi acto valoroso; para o Reino, não.

2.<sup>o</sup> — O fim do Príncipe é ser poderoso, temido dos estranhos, amado e obedecido pelos súbditos; se os sobrecarrega de impostos, não é amado e, a pouco e pouco, vai enfraquecendo; por outro lado, não lhe adianta assalariar mercenários para o exército, porque haveria de lutar contra os inimigos externos e os próprios súbditos.

3.<sup>o</sup> — Evidentemente que o comércio da Índia nos dá lucro, mas não o dá a conquista; esse era decerto o intuito de D. Manuel; no entanto, «a imprudência dos ministros, ou necessidade dos sucessos mal governados deviam de obrigar a se empenhar mais do que fora o seu primeiro intento, se não foi cobiça e ambição de todos» (p. 102).

4.<sup>o</sup> — Lisboa cresceu não devido à conquista mas pela excelência da sua situação; no entanto, quem acorreu a ela senão os lavradores da província? E se cresceu, não precisará, por isso mesmo, de mais provimento e de mais terras? Como a Índia não lhas deu, neste aspecto também lhe não foi útil. O mesmo se não dirá das Ilhas e do Brasil, que foram povoados duma só vez, com degredados, e onde prospera a agricultura, cujos produtos a própria cidade de Lisboa consome. Se tivesse ficado cá mais gente, não se teriam perdido terras e outras se poderiam arrotear. A conquista também teria sido escola de soldados se se intentasse apenas o necessário para a segurança do comércio.

II — 2.<sup>o</sup> *questão:* Importa conservá-la? Como?

Conserve-se a Índia com proveito, uma vez que, com a sua conquista se fizeram grandes despesas e a expansão cristã assim o manda. Para isso, convém:

- Facilitar o comércio a todos os Portugueses;
- Cobrar direitos apenas sobre as fazendas;

- Isentar de impostos a primeira viagem, facilitando a construção de novos barcos;
- Utilizar uma ou duas naus no transporte exclusivo da pimenta;
- Reunir em Goa todos os Portugueses do Oriente;
- Aumentar o poder marítimo de Goa (com novas unidades que assegurarão o domínio terrestre).

Da execução destas sugestões resultarão grandes benefícios:

- Aumentarão o comércio e as rendas reais;
- Aumentará a segurança de Goa (lá ficarão muitos para servir El-Rei, por afeição à terra ou devido à comodidade do comércio);
- Conseguir-se-á o monopólio do comércio;
- Ter-se-ão notícias mais frequentes;
- Aumentará o poder marítimo do Rei;
- Será mais seguro o transporte da pimenta e mais fácil o de soldados;

— Haverá, depois, a possibilidade de uma certa autonomia: «E quando Goa e a Índia tenham tanto poder que não dependa a sua segurança do nosso socorro, então louvarei a conquista dela (p. 109).

O programa era vasto e difícil. O próprio Político, que o propõe, cede ao pessimismo, preconizando «grande ruína» para o Reino (p. 110).

O tema mereceria, porventura, um comentário demorado e uma reflexão que o integrasse nas possíveis correntes do pensamento económico e político da época.

De resto, a crítica à forma como se estava a processar a expansão no Extremo Oriente era comum<sup>(\*)</sup> e, tratando-se de um ponto de capital importância para a economia do País, era natural que a sua discussão não tivesse deixado indiferente Luís Mendes de Vasconcellos.

Importa, porém, salientar, mais uma vez, que não se deve desgarrar esta discussão do contexto em que foi incluída pelo Autor.

---

(\*) Veja-se, por exemplo, Diogo do Couto e os relatórios da História Trágico-Marítima, onde são apontadas as causas dos naufrágios e onde se diz, a certa altura, «mal antigo e conhecido, de todos chorado e de ninguém remediado».

### III — CONCLUSÃO

Procurei cingir-me ao estudo dos objectivos do Autor e à interpretação global da obra. Há, no entanto, aspectos particulares que também poderiam ser útilmente comentados:

- o topográfico (fisionomia da cidade);
- o político-administrativo;
- o militar;
- e, nomeadamente, o económico (fontes abastecedoras da capital, mercados, protecção à agricultura, desenvolvimento do comércio marítimo, importação, mecanismo dos transportes, relações com a demografia, etc.).

Evidentemente que todos eles se estudariam em função do todo — que são os Diálogos —, e, particularmente no que se refere a estatísticas, com as reservas exigidas pelo seu carácter laudativo.

A minha tentativa de dar a cada problema o lugar que lhe competia dentro do conjunto visou contribuir para uma compreensão mais justa do pensamento de Luís Mendes de Vasconcellos e dos fins que se teria proposto ao escrever estes Diálogos.

Fevereiro 1969.

### APÊNDICE

Bibliografia das obras respeitantes a Lisboa, publicadas na época a que pertencem os Diálogos

DAMIANI A. GOES, *Urbis Olisiponis Descriptio*, Impressa em Hispaniae Illustratae. Tomus II, pp. 871-889, Frankfurt, 1603. Tradução de Raul Machado: *Lisboa de Quinhentos*, 58 pp., Lx., 1937.

JOÃO BRANDÃO (DE BUARCOS), *Tratado da magestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa na 2.ª metade do séc. XVI*. Lisboa, Ferin, 1924, publicada sob a direcção de Anselmo Braamcamp Freire. (É uma estatística de Lisboa de 1552).

L. ANDR. RESENDII eborensis, *De Antiquitatis Lusitaniae, Caeteraque Historica, quae extant* (1573). Foi feita uma edição em Frankfurt em 1603, in *Hispaniae Illustratae*. Tomus II, pp. 899-966. Consultei a edição de Coimbra, 1790, onde interessa o Tomo I, pp. 103-110 e a pág. 337 e seguintes.

CRISTÓVÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA, *Sumário em que brevemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares, que ha na cidade de Lisboa*. Lx., 1755. A obra é do séc. XVI.

DUARTE NUNES DE LEÃO, *Descripção do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610.

Fr. NICOLAU DE OLIVEIRA, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, 1620.

ANTÓNIO COELHO GASCO, *Primeira Parte das Antiguidades de mui nobre Cidade de Lisboa Imporio do Mundo e Princeza do Mar Oceano*. Escrita entre 1627 e 1633. Foi publicada em 1924 pela Biblioteca da Universidade de Coimbra.

(Bibliografia cotejada com a enumerada na obra de HERMAN LAUTENSACH, *Bibliografia Geográfica de Portugal*, ed. p/ Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1948. Tem um capítulo exclusivamente dedicado a Lisboa).

#### LISTA DOS POETAS QUE CANTARAM LISBOA, na época a que pertencem os Diálogos:

- Francisco Sá de Miranda (c. 1485 - 1558)
- João de Barros (c. 1496 - 1570)
- Cristóvão Falcão (c. 1512 - 1553)
- Pedro de Andrade Caminha (c. 1520 - 1589)
- Luís de Camões (1524 - 1580)
- António Ferreira (1528 - 1569)
- André Falcão de Resende (c. 1528 - 1598)
- Jerónimo Corte-Real (c. 1530 - c. 1590)
- Diogo Bernardes (c. 1530 - d. 1596)
- Luís Pereira Brandão (c. 1540 - d. 1600)
- Fernão Álvares do Oriente (c. 1540 - c. 1595)
- Frei Agostinho da Cruz (c. 1540 - 1619)
- Bento Teixeira (c. 1545 - d. 1600)
- Gabriel Pereira de Castro (c. 1571 - 1632)
- Vasco Mouzinho de Quebedo (c. 1575 - c. 1680)
- Francisco Rodrigues Lobo (c. 1580 - 1622)
- Manuel da Veiga Tagarro (c. 1585 - c. 1680)
- Manuel Tomás (c. 1590 - 1665)

Brás Garcia de Mascarenhas (1596 - 1654)  
Manuel de Galhegos (1597 - 1665)  
Francisco de Sá de Menezes (c. 1600 - 1664)  
António de Sousa Macedo (1606 - 1682)  
D. Francisco Manuel de Melo (1608 - 1666)

Lista extraída do catálogo da  
EXPOSIÇÃO BIBLIOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA  
DE LISBOA E OS POETAS  
(Palácio Galveias) — Edição da C. M. L., 1955.

Na

## LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.<sup>a</sup> livros sobre  
todos os assuntos escritos nas  
principais línguas europeias

Damos informações biblio-  
gráficas e aceitamos enco-  
mendas para todos os países

**LIVRARIA PORTUGAL**

*Rua do Carmo, 70 - 74*

*Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20*

*Secção de revenda e armazéns*

*Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23*

**LISBOA - 2**